

DISCURSO DE ENCERRAMENTO DO V COLÓQUIO DOS INSTITUTOS HISTÓRICOS BRASILEIROS NA SESSÃO MAGNA DO ANO DE 2011

(21/10/ 2011)

CLOSING REMARKS OF THE V BRAZILIAN
SYMPOSIUM

Arno Wehling¹

Numa entidade acadêmica como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sempre cabe a reflexão sobre o conceito de *pertencimento*, já que cada um de seus membros é, por essa própria condição, célula de um organismo. A metáfora biológica pode ser substituída por uma metáfora física ou lógica – *elemento* de um sistema, por exemplo – mas a ideia essencial continua a mesma. Isso porque cada sócio faz parte desse organismo que completa hoje 173 anos e no qual, apesar das células se substituírem, como sempre acontece com os seres vivos, o todo permanece.

No âmbito das relações humanas o *pertencimento* está intrinsecamente ligado à participação na identidade grupal, e desse modo foi considerado pelos antropólogos e etnólogos. De suas pesquisas

¹ Doutor em História pela Universidade de São Paulo (1972), livre docência em História Ibérica (USP, 1980) e pós-doutor em História nas Universidades do Porto e Portuguesa. Professor titular aposentado da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Professor titular da Universidade Gama Filho e professor visitante da Universidade de Lisboa, conselheiro do IPHAN/ Ministério da Cultura e presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

sabemos como, em algumas comunidades, a perda do pertencimento – a expulsão do núcleo grupal como sanção à falta cometida – era encarada como punição pior que a morte. Os helenistas viram significado semelhante no ostracismo ateniense, se bem que nesse houvesse um limite temporal que, uma vez cumprido, permitia a reintegração comunitária do indivíduo. Na própria lógica aristotélica, entre o singular e o universal havia uma categoria intermediária, não apenas de ligação, mas com contornos próprios, a do particular.

No mundo comunitário e corporativo do Antigo Regime a noção de pertencimento tinha igualmente uma força imensurável. Pertencer a uma comunidade aldeã, a uma corporação de ofícios ou religiosa ou a uma guilda era garantia de segurança pessoal e sobrevivência material. Estar excluído de qualquer dessas esferas particulares lançava o indivíduo num vácuo ou anonimato social, que poderia rapidamente levá-lo à condição que na Inglaterra era conhecida como de *out Law*, sem que necessariamente esse “fora da lei” significasse a prática de um crime. Quando, nesse contexto, a palavra *pátria* passou a ser usada correntemente, ela designava o pertencimento ou vinculação a uma determinada região, reveladora de uma auto-reconhecida identidade, como no Brasil colonial ocorre com a *pátria pernambucana* já no século XVII.

No mundo societário posterior à Revolução Francesa, abolidas pelo menos formal e juridicamente as distinções corporativas e particulares, vistas como privilégios, em nome da igualdade de todos perante a lei, é fácil perceber como o mecanismo identitário e conseqüentemente o pertencimento se deslocam para os conceitos de “nação” e de “cidadão”. Todos somos, hoje em dia nacionais e cidadãos, enquanto o apátrida – isto é, o *anacional* – é visto como alguém de certa forma prejudicado pelo não pertencimento a uma sociedade nacional e o não cidadão no século XIX – o escravo, por exemplo, no Brasil ou nos Estados Unidos - sempre foi um problema social, político e jurídico, assim como o são os excluídos contemporâneos, em nome de uma concepção de cidadania ampliada em círculos concêntricos de direitos individuais, civis, políticos e sociais.

Cabe agora a pergunta: sendo a noção de *pertencimento* elemento tão difundido e forte em diferentes culturas e épocas, como se evidencia em sociedades científicas e culturais como o Instituto Histórico? Precisam tais entidades de uma percepção forte de *pertencimento*, ou elas o dispensam?

Nossa primeira intuição na resposta é um vigoroso “sim”, que se reforça com os desdobramentos concretos.

E por que precisam de uma percepção de *pertencimento*?

Por pelas menos duas razões, uma negativa e outra positiva.

Porque não são meras entidades que respondem a uma necessidade imediatamente concreta, definida por uma força exterior e formal cuja obrigatoriedade de pertença quase se esgota na letra de seu estatuto.

São, pelo contrário e muito além disso, entidades que possuem uma alma ou um ethos, força interior que lhes anima a existência e, como numa corrente elétrica, polariza os elementos para continuar produzindo seus resultados.

Assim, a percepção de *pertencimento* a essas entidades por parte de seus constituintes é praticamente a condição *sine qua* de sua existência. É uma característica vital para sua continuidade. Sem ela, essas instituições rareiam seus encontros, escasseiam sua produção, deixam de ser ambicionadas pelos melhores, tornam-se um espectro do que foram. Em duas palavras: decaem e morrem.

E em que consiste essa percepção de *pertencimento*?

Podemos dizer sinteticamente que ela consiste em pelo menos três aspectos essenciais: a preocupação com o destino institucional da entidade, a participação no seu desenvolvimento e a manifestação de uma forte identidade.

Ao dizermos que a noção de *pertencimento* expressa a preocupação com o destino institucional, queremos significar não apenas a vaga manifestação exterior, mas a ideia da co-responsabilidade no processo coletivo de condução da Casa a suas finalidades. Supõe, isto é, dizendo mais profundamente, pressupõe a assunção plena da fidelidade aos princípios diretores formalizados no estatuto, mas que só produzem seus efeitos se efetivamente vivenciados. Essa fidelidade está contida no compromisso com que cada um de nós assume a condição de sócio por ocasião da posse, e que foi sintetizada na fórmula que todos conhecemos:

“Prometo promover, quanto em mim couber, o engrandecimento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e observar fielmente seu estatuto e regimento.”

Prometer *promover o engrandecimento do Instituto* não é um compromisso eivado de subjetividade, como à primeira vista pode parecer. Há certo consenso sobre o que seja a grandeza de uma instituição desta natureza, quer pelo significado que tenha no panorama científico e cultural do país e do exterior, quer pelo cultivo dos valores que efetivamente realiza.

A observação fiel do estatuto e do regimento, por sua vez, não é mera vinculação burocrática. Supõe a adesão, ao mesmo tempo formal e essencial, no sentido aristotélico da distinção, àqueles valores e às finalidades e objetivos neles inscritos. Aí estão a produção e divulgação do conhecimento, a constituição do acervo documental e a defesa do patrimônio cultural do país, bem como os valores que os embasam: a preocupação com a memória e a história nacionais e o fundamento humanista que tudo perpassa.

Esse destino institucional, portanto, está muito claro para nós. De um lado, a referência permanente das finalidades e objetivos a atingir, como os cumes visíveis do iceberg. De outro, a referência permanente do substrato ético expressos nos compromissos com a memória, a história e o humanismo. Perceba-se que falo em humanismo e não em humanidade, já que este conceito pode ser questionado, como em Goethe, quando reclama de sua abstração, dizendo que conhece apenas homens individual e culturalmente relativizados. Para que não herdemos polêmicas do racionalismo e da Revolução Francesa, definamos como humanista nosso compromisso, o que já abarca tanto a empatia cosmopolita quanto a percepção concreta ao próximo.

Ao dizermos, em seguida e como corolário, que o *pertencimento* implica na participação no desenvolvimento institucional, afirmamos a necessidade de envolvimento nas **ações** do Instituto. São relevantes tanto a presença quotidiana quanto a contribuição excepcional – como uma palestra ou uma representação – para o bom desempenho de nossa instituição. Porque não podemos duvidar: o IHGB será o que cada um de nós individual e coletivamente fizer para que venha a ser. E isso precisa ocorrer complementarmente nos planos da reflexão e no plano operacional. Não basta ter ideias, é preciso sentir a dificuldade de implementá-las; reciprocamente, não basta participar da implementação, se não houver uma convicção teórica preliminar. Reflexão e operação estão presentes e concorrem para o desenvolvimento institucional quando apresentamos trabalhos na Cephás, publicamos estudos e resenhas na Revista, atuamos em Seminários e Congressos patrocinados pela Casa, representamos o Instituto, declinamos nossa condição de sócios em eventos e publicações externos, sugerimos políticas e práticas institucionais ou a mudança daquelas em andamento.

Esse tipo de *pertencimento* que promove o desenvolvimento institucional, portanto, envolve as diferentes dimensões em que cada um de nós atua no Instituto. Contudo, não significa apenas a soma de nossos currículos e atividades individuais, mas um direcionamento para a prática institucionalizada no âmbito do IHGB. O todo que

este representa não é apenas a soma das partes individuais que cada membro representa com sua bagagem intelectual acumulada, mas o conjunto que a ultrapassa quantitativa e qualitativamente. Se pudéssemos representar estatisticamente esta ideia, ela corresponderia à comparação entre uma escala aritmética e uma escala logarítmica, na qual se insere uma variável proporcionalmente mais significativa – justo a pertença ao Instituto. Ou, se quisermos recorrer a uma imagem jurídica, a da igualdade linear compensada pela equidade.

Por fim, pode-se afirmar que a noção de *pertencimento* ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro parte de uma forte percepção identitária.

Mas, em que consiste a identidade? Estamos ente historiadores e outros cientistas sociais e devemos tomar cuidado em não naturalizar simploriamente os conceitos que empregamos. Identidade não significa necessariamente o mesmo, conforme empreguemos a palavra no senso comum, burocraticamente (uma “carteira de identidade” nos vincula a um determinado ente público, o Estado) ou ainda filosófica e cientificamente.

Para fixarmos os parâmetros de que necessitamos, coloquemo-nos nos dois últimos aspectos.

Logicamente, a identidade pressupõe muito mais nuances que o simples princípio de identidade conforme definido desde a Grécia antiga: o que é, é e o que não é, não é. (LAL 452,2acol) Se a identidade pode ser, como queria Aristóteles recebido pelos tomistas, numérica e específica ou de qualidade, o *pertencimento* de que falamos corresponde à segunda expressão. É nesse sentido que utilizei os exemplos estatístico e jurídico.

No próprio Santo Tomás são identificados 27 tipos de identidade, algumas das quais tem adequação perfeita à perspectiva de identidade que mais de perto nos interessam: *idem definitione*, *idem matéria*, *idem specie*, *idem secundum analogiam*, esta última oposta ao conceito *idem secundum univocationem*, sublinhando que a semelhança está muito longe da uniformidade. Valha o paradoxo: somos no IHGB muito semelhantes porque somos muito diferentes.

Antropológica e historicamente, o conceito de identidade também possui significativa variação semântica. Tomemos como exemplo uma das muitas discussões sobre o tema, o Seminário, que se realizou em 1975 e que teve como orientadores Claude Lévy-Strauss e Jean Marie Benoist. Este, na proposição das discussões sobre o tema, desde logo chamou a atenção para a necessidade de uma “reafirmação consolidadora do conceito de identidade [entre os antropólogos], menos que

uma destruição iconoclasta de seus elementos idealistas latentes”. Era um apelo à objetividade e ao uso funcional do conceito, num terreno cheio de armadilhas teóricas que pode desembocar no mais completo e devastador solipsismo – e eliminar assim qualquer utilidade do conceito para as ciências sociais.

Após dias de discussão que encheram o volume que sintetiza o Seminário, Lévy-Strauss, na sua conclusão, retomou a pergunta que motivou o encontro: “por onde orientar-se para formular a noção de identidade?”. E ele respondia, coroando o desenvolvimento do tema naqueles dias: “Será na via oposta à do substancialismo dinâmico; será considerando que a identidade é uma espécie de fazer virtual ao qual nos é indispensável referir para explicar um certo número de coisas, mas sem que jamais tenha uma existência real”.

Ainda que pudéssemos questionar aspectos dessa definição, como por exemplo estranhar que Lévy-Strauss não considere aí “real” o campo simbólico, procuremos aplicar a nosso universo de interesses as perspectiva dos dois autores.

No caso da preocupação expressa por Benoist, a de antes reafirmar a utilidade do conceito do que refutá-lo devido a seus fundamentos idealistas, podemos constatar simplesmente que a identidade, ou seja, a auto-identidade, sempre fez parte do *ethos* do Instituto e como tal foi proclamada desde os textos fundadores do visconde de São Leopoldo e do cônego Januário da Cunha Barbosa. Ainda pensando pragmaticamente como Benoist, nossa identidade, se é algo que não deve ser idealmente superestimado, também não deve ser iconoclasticamente destruída nem menosprezada. Se há alguma coisa em que a virtude esteja no meio termo, certamente é nisto.

Quanto à ótica de Lévy-Strauss, e aplicando-a com alguma latitude, dois aspectos parecem falar-nos mais de perto.

O primeiro é a constatação de que a identidade não é um imperativo categórico, absoluta e igualitariamente distribuído entre todos os membros do Instituto. É contudo algo que nos une a partir de algumas categorias e exteriorizações qualitativas, a uns mais, a outros menos, mas sempre de modo vinculante. Nosso compromisso de posse no IHGB estabelece um limite subjetivo interessante, que se aplica a este ponto, ao dizer “quanto em mim couber”, significando o respeito que a Casa reconhece dever às potencialidades e limitações do ingressante.

O segundo ponto refere-se ao “fazer virtual” que traduz “certo número de coisas”. Ainda que não associemos o “virtual” ao “simbólico” poderíamos dizer que essa virtualidade é indispensável porque permite expressar o lado visível e concreto – o “certo número de coisas” de

Lévy-Strauss – do *pertencimento*, sem que a identidade em si precise ter uma existência concreta, ainda que em muitas vezes o tenha.

Alinham-se, desse modo, diferentes razões para que a noção de *pertencimento* seja uma das molas mestras do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e certamente de instituições congêneres.

A *sensação de pertencimento* reflete a consciência identitária e expressa comportamentos, atitudes e práticas que consolidam a identidade; cimentam as relações de seus membros entre si e com o abstrato, porém não menos “real” IHGB; e permitam que ele viva o seu *ethos* e atinja suas finalidades.

A *sensação de pertencimento*, essa entrega voluntária à instituição, é o elan que a mantém viva e atuante. E a vitalidade desse élan se nutre do envolvimento de cada um de nós com o seu destino.

